



FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA- RATIO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

JOSUÉ ARCELINO DA SILVA CAVALCANTE

**A PRÁTICA DO VOLEIBOL SENTADO NA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO**

FORTALEZA- CE

2019

JOSUÉ ARCELINO DA SILVA CAVALCANTE

**A PRÁTICA DO VOLEIBOL SENTADO NA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Faculdade Teológica e Filosófica Rátio como requisito parcial para aprovação na disciplina de TCC para obtenção do título de Licenciatura em Educação Física.

Orientador: Prof. Me. Esp. Helton Bernardino Lima

FORTALEZA- CE

2019

JOSUÉ ARCELINO DA SILVA CAVALCANTE

A PRÁTICA DO VOLEIBOL SENTADO NA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado a Faculdade Teológica e Filosófica
Rátio como com requisito parcial para
aprovação na disciplina de TCC para obtenção
do título de Licenciatura em Educação Física.

Aprovado em: __/__/__2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Helton Bernardino Lima
(Orientador)

Prof. Me. Paulo Gabriel Lima da Rocha
1º Examinador

Prof. Me. Antônio Adriano da Rocha Nogueira
2ª Examinador

*“O mais importante para o homem é crer em si mesmo. Sem esta confiança em seus recursos, em sua inteligência, em sua energia, ninguém alcança o triunfo a que aspira”
(Thomas Atkinson)*

Dedico este trabalho aos meus familiares,
amigos e professores.

AGRADECIMENTOS

Início este trabalho agradecendo a Deus que me permitiu chegar até aqui, foram muitos momentos difíceis, na qual até pensei em desistir, porém meu coração é grato por essa conquista.

Agradeço ao meu orientador professor Helton pela dedicação e incentivo, por quem tenho grande apreço e admiração, tanto pelo profissional como pessoa que é, por me permitir explorar o máximo possível meu conhecimento, por me mostrar a importância iniciar minha monografia desde cedo, e por suas horas de aulas, demonstrando auto interesse pelo tema abordado, expandindo o horizonte e conhecimento adquirido durante a construção

Sou grato por alguns companheiros que me ajudaram, respondendo aos meus questionamentos me norteando e dando apoio para enriquecer meu trabalho com minhas pesquisas.

À minha família que sempre esteve me apoiando e transmitindo calma e visão, principalmente minha irmã Amanda que mim ajudou em muito.

Ao meu instrutor da academia, Rubens, que muito me apoiou e me incentivou a busca constante pelo conhecimento.

À banca examinadora, pelos ensinamentos e contribuições neste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho se apresenta na perspectiva de mostrar a importância da prática de atividades inclusivas na disciplina de Educação Física, dando destaque ao Voleibol Sentado, tomando como lócus a Escola Maria Augusta, localizada no município de Redenção-CE, além de identificar orientações políticas e pedagógicas relacionadas a modalidade de esporte adaptado que visam à integração dos alunos deficientes ou que tenham qualquer tipo de dificuldade de comunicação, e que possa consequentemente servir como inclusão social, valorizando e acrescentando a autoconfiança desses alunos. Nesse sentido, também fez-se necessário levantar, junto a professores, experiências metodológicas com relação a essas práticas considerando a associação entre a disciplina da Educação Física na escola e sua relação com a Educação Inclusiva. A motivação para o desenvolvimento desta investigação surgiu com base em experiências pessoais em espaços que promoveram reflexões acerca da prática de atividades físicas adaptadas no Brasil juntamente com o desejo de contribuir com reflexões para a Educação Física nesse contexto. O trabalho tem uma abordagem qualitativa caracterizando-se como estudo de caso. Utilizou como estratégias de aproximação com a realidade a revisão de literatura sobre o esporte adaptado, análise documental, a entrevista junto a um professor da citada escola responsável pela disciplina de Educação Física. Os resultados apontam para desafios históricos enfrentados nesse contexto e que se atualizam nas experiências dos sujeitos, como a exclusão educacional vivida pelos estudantes em decorrência de limitações existentes no cenário educacional e até a carência de formação continuada por parte do professor para lidar de forma mais consciente com os desafios que se colocam diariamente, bem como dificuldades estruturais com a ausência de locais apropriados para a realização de atividades, que acabam por ocasionar a limitação de determinadas práticas, nas quais as poucas tentativas de ajudar acabam se tornando ineficazes.

Palavras-chaves: **Exclusão. Voleibol sentado. Educação**

ABSTRACT

The present work has a prominent perspective in the practice of included activities in the Physical Education discipline, standing out in the Sitting Volleyball, taking as a locus the School of Primary Education I Maria Augusta, located in the municipality of Redenção-CE, besides See the political and pedagogical guidelines related to an adapted teaching modality that aim at the integration of students with greater or lesser capacity for speech communication, and that the expectation consequently manifests itself socially, valuing and completing a self-confidence of these students. This study, also did-necessary bearing, having a teachers, events are the articles from the activities are separating the education between the Education of the Physics in the school and its relation with a Inclusive Education. The motivation for the development of the research emerged based on the discussions about the activities that promote the reflections on the practices of adapted physical activities in Brazil. The work has a qualitative approach characterizing itself as a case study. Using strategies of approximation with a review of the literature on adapted sport, documentary analysis, an interview with the teacher of the school. The results are pointed to the contextualized change of meaning and are updated in the subjects' experiences, as an educational copy experienced by the students in the origin of an existing discipline in the educational scenario and even a lack of continuous training by the teacher for the area of more conscious formation with which they are placed daily, as well as to make a survey that they are returning to the accomplishment of activities, that end up occasionally a little lie of prevention, sometimes in which initiates a new process of decision making.

Keywords: Exclusion, Seated volleyball, Education

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Associação Brasileira de Voleibol Paralímpico (ABVP)

Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB)

World Organization Volleyball for the Disabled (WOVD)

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Lei de Diretrizes e Bases (LDB)

Salas de Recursos Multifuncionais (SRMF)

Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Plano Nacional de Educação (PNE)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. METODOLOGIA.....	14
3. HISTÓRIA DO VOLEIBOL SENTADO.....	15
3.1. <i>NO BRASIL.....</i>	<i>18</i>
3.1.2. <i>NO CEARÁ.....</i>	<i>20</i>
4. A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO NO ÂMBITO ESCOLAR.....	22
4.1. <i>A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA DO ESPORTE ADAPTADO.....</i>	<i>27</i>
4.2. <i>ORIENTAÇÕES CURRICULARES GERAIS PARA INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR.....</i>	<i>31</i>
4.2.1. <i>A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ATUAL CONTEXTO.....</i>	<i>33</i>
5. A HISTÓRIA DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA AUGUSTA E SUAS APLICAÇÕES.....	39
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	41
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46

1. INTRODUÇÃO

Atualmente estamos vivendo em um período de transição caracterizada pelos grandes esforços em se colocar em prática um dos maiores desafios da sociedade: a educação inclusiva.

Nesse sentido, tem se levantado vários debates com relação a esse tema, no entanto, apesar dos avanços conquistados, o processo de educação inclusiva vê-se ainda imerso em um contexto de dúvidas e incertezas. O que se pode observar é que existem vários respaldos teóricos, mas que ainda não são suficientes para efetivar de fato a prática da inclusão no ambiente escolar.

Dentro desse contexto a Educação Física se configura parte significativa na contribuição desse processo, no sentido de proporcionar aos estudantes um ambiente interativo e rico em aprendizagem. Apesar da beleza e da importância da Educação Física no contexto escolar, a mesma ainda se depara com muitas dificuldades e os profissionais, por sua vez não estão preparados para lidar com situações dessa natureza.

O interesse na reflexão sobre o assunto que compõe o presente trabalho surgiu através das observações das práticas realizadas no estágio, na qual foi possível observar a presença de alguns alunos com dificuldades em interagir e com déficit de aprendizagem. A partir dessas observações nasceu o desejo de trazer reflexões nesse sentido e dessa maneira contribuir através de apresentações de amparo teórico, bem como a discussão acerca da existência de políticas públicas de Educação Inclusiva presente em documentos legais nacionais.

Nessa perspectiva, o voleibol sentado parte com a iniciativa de inclusão e desenvolvimento para alunos com ou sem deficiência física, sendo esse um processo mais complexo, de reeducar os que constituem o ambiente escolar, mostrando que esses mesmos alunos com deficiências físicas, não são incapazes de realizarem tarefas ou algum esporte. Também se fixa a importância desse projeto para alunos que tenham dificuldades em se comunicar, que por sua vez se isolam, sendo então específicos para alunos deficientes, mas também para inclusão de qualquer aluno, sempre buscando o fim da inclusão.

A aceitação, no contexto da inclusão, tem que ser trabalhada com a família desde a comprovação de que nascerá uma criança com algum tipo de deficiência física, e adequando a família pra essa situação que irão viver, não com proibição ao deficiente, mas, com a forma de tratamento como uma pessoa normal, e sempre passando confiança para a mesma, e com isso podendo até ocorrer um melhor desenvolvimento psicomotor evitando a exclusão do mesmo, para não haver uma discriminação dos demais colegas, que ocasionaria ao portador de deficiência, traumas não só corporais, mas mentais, evitando então um melhor desenvolvimento corporal que o esporte poderia ajudar, como afirma Boa, 2011:

“Grande parte das famílias não está preparada para receber um deficiente por receber toda carga ideológica que reina da nossa cultura, partindo desse princípio as reações são as mais variadas: rejeição, simulação, segregação, paternalismo ou piedade. A palavra deficiente ganha conotação negativa ao qual será aquele que dará sempre muito trabalho, que vivera encostado às custas da família. Porém uma enorme parte dos casos é passível de reabilitação a ponto de conseguir levar uma vida independente até com contribuição para a família e sociedade”.

Com a tentativa de implantação nas series iniciais, podendo-se abranger aos demais âmbitos do contexto escolar, com um esporte adaptado, utilizaremos o voleibol sentado, que foi desenvolvido para deficientes físicos e com decorrer dos anos virou um esporte Paralímpico, que foi mostrado explicitamente para a população brasileira através das Paraolimpíadas de 2016, alcançando grandes admiradores nacionais, e mostrando ao brasileiro a potência que o Brasil é nas Paraolimpíadas.

A realidade que os alunos vivem na escola é de precariedade, e mesmo sendo percebida por toda a população, passasse prefeitos, e nada é mudado, pintam a escola, mas nada mais profundo, não tem materiais necessários para o uso de um profissional de educação física se o professor quiser usar materiais para aulas práticas, se não quiser correr o risco de não ter aula, melhor levar materiais próprios, sendo esses um dos contra pontos de se desenvolver práticas esportivas em algumas escolas, como nos é comum depararmos. Desse modo, existe uma imersão em uma realidade cercada de dúvidas, angústias e indagações.

Partindo dessas considerações, no que diz respeito ao Ensino e Práticas da Educação Física nos questionamos, como reflexão prática da teoria, foi levado em consideração a história da Escola Municipal Professora Maria Augusta com um olhar aos professores e estudantes.

Considerando a intenção de mergulhar de forma profunda no universo de compreensões acerca deste fenômeno, definimos como método o levantamento bibliográfico. As estratégias de aproximação com a realidade foram a revisão de literatura através de levantamento bibliográfico, a análise documental e a entrevista.

Para trabalhar com essa temática em sentido geral objetivamos compreender como se fundamenta e materializa a Educação Física dentro dos limites e possibilidades da inclusão. Especificamente objetivamos também levantar questões referentes a prática pedagógica da Educação Física escolar inclusiva, dialogando sobre as possíveis dificuldades que docentes e discentes podem apresentar, para tanto, utilizou-se artigos datados do ano 2003 ao ano 2008 que trazem importantes constatações sobre o referido tema, além disso também buscamos identificar orientações epistemológicas, políticas e pedagógicas relacionadas a esse contexto, bem como levantar, junto ao professor, experiências metodológicas tomando como reflexão a história da Escola Municipal Professora Maria Augusta.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso se encontra organizado em seis capítulos além da introdução e das considerações finais.

No capítulo de número dois intitulado “História do voleibol sentado” fazemos um breve apanhado histórico sobre o contexto da temática, bem como a importância do esporte adaptado no contexto escolar, refletindo sobre o voleibol sentado no Brasil e no Ceará.

O capítulo de número três denominado “A importância da inclusão no âmbito escolar” segue com o estudo de referenciais teóricos relacionados ao contexto, bem como trazendo reflexões acerca do âmbito da educação inclusiva e sua relação com a educação física.

O terceiro capítulo “A formação de professores no atual contexto” apresenta reflexões acerca à formação de professores além de direcionamentos propostos pelas leis educacionais como Diretrizes Curriculares e Parâmetros Curriculares Nacionais.

No capítulo quatro “Orientações Curriculares Gerais para a inclusão no ambiente escolar” estão contidas propostas de intervenção e relação entre as duas vertentes: educação física e inclusão.

O quinto capítulo “Práticas de ensino e seus desafios na educação inclusiva” estão presentes elementos acerca dos processos educacionais concernentes aos desafios vividos pela educação inclusiva, na qual sabemos que são muitos.

E, por último, no capítulo seis “A história da Escola Municipal Professora Maria Augusta e suas aplicações”, refletimos de maneira mais prática acerca do assunto conhecendo a história da referida escola, que inclusive é um centro de referência, no que diz respeito ao acompanhamento de alunos deficientes, de maneira geral.

A relevância desse estudo consiste na possibilidade de investigação no contexto da inclusão escolar que se constitui hoje como uma modalidade de ensino até pouco explorada nos cursos de licenciatura e relegada a um segundo plano no contexto das esferas municipais, estaduais e federais de ensino no Brasil.

2. METODOLOGIA

A temática visa a Educação Inclusiva, sobretudo relacionando-a à Educação Física no contexto escolar? Quais as orientações curriculares para o tratamento didático da Educação Física no contexto da Inclusão? De que condições de trabalho as Escolas dispõem para materializar tais orientações?

Para responder a tais questionamentos, foi elaborada uma proposta investigativa pautada na abordagem qualitativa, visando valorizar tanto os sujeitos das práticas educativas, quanto o próprio campo de investigação. Nesse sentido, destacamos especial olhar aos estudantes e professor, à escola e ainda as práticas desenvolvidas no que diz respeito ao voleibol sentado.

3. A HISTÓRIA DO VOLEIBOL SENTADO

O voleibol sentado surgiu na Holanda, através do vôlei convencional, praticado por pessoas sem deficiência física, surgiu numa adaptação, junção do voleibol convencional com um esporte alemão, praticado por pessoa com pouca mobilidade, sem rede, que se chamava sitzbal. Com a união desses dois esportes surgiu o voleibol sentado no ano 1956, utilizando as regras do voleibol convencional, mas com um ritmo mais contido, é disputado oficialmente desde as Paraolimpíadas de Arnhem do ano de 1980, na Holanda.



Imagem tirada do site:<http://www.brasil2016.gov.br/ptbr/megaeventos/paraolimpiadas/modalidades/volei-sentado>

Foi transmitida em Toronto de 1976, pela primeira vez exibida em uma Paraolimpíada, mas o esporte tomou destaque de vez no ano de 2004 em Atenas, que realmente o voleibol sentado passou a ser disputado apenas com atletas sentados, pois, anteriormente dividia espaço com modalidade disputada em pé, após 24 anos dividindo holofotes com o voleibol convencional, tomou seu corpo independente.

Já as mulheres tiveram sua participação nas Paraolimpíadas, em Atenas, as estreias das mulheres só aconteceram no ano de 2004, ano em que 6 equipes brigaram pela primeira vez por uma medalha, o ouro ficou com a China que venceu

a Holanda por 3 sets a 1 na final, as holandesas ficaram com a prata já o bronze ficou com os Estados Unidos, que derrotaram a Eslovênia por 3 sets a 0.

O voleibol sentado no Brasil é administrado pela Associação Brasileira de Voleibol Paralímpico, sendo sua primeira participação nas Paraolimpíadas com a equipe masculina em Pequim no ano de 2008, obtendo a sexta colocação em 2009. Já mundialmente, o voleibol sentado é organizado pela World Organization Volleyball for Disabled.

O voleibol é um esporte coletivo jogado entre duas equipes com 6 jogadores em cada equipe e no máximo 12 (sendo 6 para reserva e 6 para competir).

Durante todo o 2º set deverão jogar, obrigatoriamente, no mínimo 3 (três) jogadores que não jogaram no 1º set. A substituição, se houver, deverá ser feita com os reservas que não participaram do 1º set e a participação no 3º set será livre.

Na duração das partidas serão em melhor de 3 (três) sets de 15 (quinze) pontos progressivos, sem vantagem; caso a partida chegue em 16 a 16 (dezesesseis a dezesesseis) terminará no 17º (décimo sétimo) ponto.

O saque, neste tipo de voleibol, poderá ser empurrado, arremessado ou golpeado com uma das mãos abaixo do nível da cintura utilizando todo o fundo da quadra ou chutado será permitido um chute para iniciar o jogo. O movimento para o saque poderá ser de baixo para cima ou lateralmente, desde que o braço do executor do saque não ultrapasse a linha do ombro. Em caso do chute a bola deverá sair das mãos do atleta e não chute de bola parada e o bloqueio não é tão usado como no tradicional, porque eles não podem saltar e sim apenas ficar com os braços levantados na rede podendo apenas ficar nas pontas dos pés, saltar eles podem apenas de trás da linha dos três metros da quadra. É permitido pipocar a bola nas mãos, desde que não haja fuga da mesma.

Em relação ao toque: jogador poderá receber ou passar a bola em no máximo 4 segundos, tocando, segurando, encaixando com uma das mãos, ou tocar qualquer parte do seu corpo inclusive os pés. Cada equipe poderá dar no mínimo 2 toques e no máximo 3 toques.

Quando ao mesmo tempo 2 jogadores segurarem a bola, será considerado 1 toque de cada jogador, sendo assim restando somente um único toque para passar a bola para o lado adversário.

O tamanho da quadra oficial é um retângulo medindo 18m de comprimento x 9m de largura, circundada por uma zona livre com, no mínimo, 3m de largura, é a mesma medida para o voleibol adaptado.

Usada para separar as equipes durante o jogo, a altura da rede é 2,43 metros para masculinos e 2,24 metros para jogos femininos a mesma medida do voleibol oficial.

O rodízio: cada interrupção ou perda de saque deverá ser feito o rodízio dos atletas sempre em sentido horário, é igual para o voleibol oficial e adaptado.

De acordo com a Rede Nacional do Esporte, podem competir no vôlei sentado jogadores amputados, paralisados cerebrais, lesionados na coluna vertebral e pessoas com outros tipos de deficiência locomotora. Uma das regras principais do esporte é que os atletas não podem bater na bola sem estar em contato com o solo.

O sistema de classificação funcional do voleibol é dividido, portanto, entre amputados e les autres. Para amputados, são nove classes básicas baseadas nos seguintes códigos:

- AK
Acima ou através da articulação do joelho (above knee)
- BK
Abaixo do joelho, mas através ou acima da articulação tálus-calcâneo (below knee)
- AE
Acima ou através da articulação do cotovelo (above elbow)
- BE
Abaixo do cotovelo, mas através ou acima da articulação do pulso (below elbow)
- Classe A1
Duplo AK
- Classe A2
AK Simples

- Classe A3
Duplo BK
- Classe A4
BK Simples
- Classe A5
Duplo AE
- Classe A6
AE Simples
- Classe A7
Duplo BE
- Classe A8
BE Simples
- Classe A9

Amputações combinadas de membros inferiores e superiores

Em les autres são enquadradas pessoas com alguma deficiência locomotora. Atletas pertencentes a categorias de amputados, paralisados cerebrais ou afetados na medula espinhal (paratetra-pólio) podem participar de alguns eventos pela classificação les autres.

3.1 No Brasil

Destinado às pessoas que são impossibilitadas, por algum motivo, de praticar o voleibol convencional, é que se apresenta a proposta do voleibol sentado, sendo este muito semelhante ao convencional. Os fundamentos são os mesmos nas duas modalidades de voleibol, sendo a principal diferença a forma de deslocamento, que é obrigatoriamente sentado no voleibol Paralímpico, como também é chamado o voleibol sentado.

No Brasil, o voleibol sentado é administrado pela Associação Brasileira de Voleibol Paralímpico (ABVP), sua história possui início recente, no fim de 2002, conforme detalhado nos parágrafos abaixo de acordo com a ABVP, citado por Jornal de Pomodore (2010):

- Sua prática oficial foi estimulada apenas em 2002, quando, no fim deste ano, o professor Ronaldo Gonçalves de Oliveira organizou um torneio no qual participaram três times, em Mogi das Cruzes, São Paulo;
- O ano de 2003 foi muito importante para o voleibol sentado brasileiro, com a criação da Associação Brasileira de Voleibol Paralímpico (ABVP) e a primeira participação do país nos Jogos Parapanamericanos, com a conquista da segunda colocação nas modalidades feminina e masculina;
- Em 2004, foi realizado o II Campeonato Brasileiro de Voleibol Sentado, que teve um maior número de equipes e contou com a participação de equipes femininas, o que não havia no primeiro campeonato;
- No ano de 2005, além da organização do III Campeonato Brasileiro de Voleibol Sentado, o Brasil também participou do I Mundial Júnior, na Eslovênia, alcançando o bronze;
- O país conseguiu, em 2006, classificar-se tanto na equipe masculina quanto na feminina no Campeonato Mundial de Voleibol Sentado que aconteceria em Roermond, na Holanda, que era um campeonato pré-clasificatório para as Paraolimpíadas que aconteceriam em Pequim no ano de 2008. Neste mesmo ano também ocorreu o IV Campeonato Brasileiro de Voleibol Sentado;
- Já em 2007, o Brasil tornou-se campeão dos Jogos Parapanamericanos do Rio de Janeiro, e o Rio de Janeiro sediou o II Campeonato Mundial de Voleibol Sentado. Ocorreu o V Campeonato Brasileiro de Voleibol Sentado;
- No ano de 2008 O Brasil participou pela primeira vez das Paraolimpíadas, em Pequim, com uma equipe masculina de voleibol sentado e obteve a sexta posição. Além disso, foi realizado o VI campeonato Brasileiro de Voleibol Sentado, sendo este composto a partir deste ano em séries A e B.

De acordo com o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), atualmente o Voleibol Paralímpico é organizado no Brasil pela Associação Brasileira de Voleibol Paralímpico (ABVP), presidida desde 2009 por Amauri Ribeiro, e internacionalmente pela World Organization Volleyball for the Disabled (WOVD) - Organização Mundial de Voleibol para Deficientes.

3.1.2 No Ceará

A história do voleibol sentado no Estado do Ceará ainda se configura como um contexto pouco explorado, tanto é que ainda se tem poucos relatos ou trabalhos nessa área, desse modo é perceptível a escassez de literatura sobre o tema. O que é possível encontrar, são trechos de reportagens que relatam acerca de projetos que são desenvolvidos em parceria com prefeitura e governo estadual investidos na implantação de espaços com estrutura para vôlei e frescobol adaptados, piscinas, cadeiras entre outras estruturas que são voltados para pessoas com deficiência.

Sabe-se que o baixo número de pessoas em condição de deficiência que praticam esporte é oriundo, dentre vários outros fatores, da falta de oportunidade e experiências vivenciadas por estas pessoas durante a infância, que as levam a sentimentos de baixa autoconfiança e medo do fracasso e da exposição que o esporte pode causar (BRITAIN, 2010).

Para essa revisão de literatura, a nível do Estado do Ceará, esperava-se encontrar múltiplos escritos acerca da Educação Física que se podem considerar e conhecer mais profundamente sobre a prática Voleibol Sentado no estado, como por exemplo, escritos em relação à megaeventos, políticas públicas para projetos sociais de esporte adaptado, outras vertentes do alto rendimento, etc.

Além disso, de início imagina-se haverem estudos que falassem sobre a questão escolar, a de rendimento, a de reabilitação e a de lazer, mas apenas foram localizados estudos que descreviam sobre a vertente escolar, a de questão psicológica (autoestima e qualidade de vida) e a de rendimento (análise de fundamentos e testes de equilíbrio estático e dinâmico em atletas).

Percebemos que os artigos que tem temática escolar podem ter dois caminhos de discussão: falar sobre a importância do papel do professor para ensinar a lidar com a diferença, fazendo atividades que estimulem os alunos a pensar a inclusão – o que mostra a relevância de se especializar nesse assunto – e o pouco conhecimento por parte dos alunos frente a esse assunto – o que evidencia que ainda há carência desse conteúdo nas escolas. Destacamos a ausência de trabalhos com atletas de alto rendimento, bem como com técnicos de equipes de rendimento, que tratassem da história de vida dos atletas e dos técnicos, como eles

se sentem frente a sociedade, quais as colaborações que consideram necessárias serem feitas para estas modalidades adaptadas.

Nesse contexto, com os estudos analisados podemos concluir que para que ocorra a inclusão escolar o esporte adaptado é uma opção, servindo como meio de socialização e conscientização de todos os alunos, não apenas dos indivíduos com deficiência e que os alunos com deficiência poderão melhorar sua autoestima e desenvolver a autonomia.

Nessa direção, novos estudos são de extrema importância para continuação das análises sobre esportes adaptados e em específico para o Voleibol Sentado, modalidade de inclusão social, o qual se joga em equipe e traz tanto benefícios para os praticantes.

Desse modo, considera que o Estado do Ceará ainda apresenta muito caminho a percorrer no sentido do desenvolvimento do voleibol adaptado, a fim de que essa prática seja efetivamente desenvolvida nos espaços para proporcionar esportes que levem a inclusão.

4. A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO NO ÂMBITO ESCOLAR

Etimologicamente incluir vem do latim *includere*; que traz o entendimento de compreender, abranger; conter em si, envolver, implicar; inserir, intercalar, introduzir, fazer parte e pertencer juntamente com outros em um mesmo ambiente. Desse modo, entende-se que incluir não se trata de pessoas iguais, porém de assumir que a diferença é parte do mundo, onde essa mistura proporciona diferentes construções de conhecimento.

A inclusão trata-se de um reconhecimento e um olhar mais profundo às pessoas que possuem algum tipo de deficiência, uma luta incansável de uma minoria que pretende conquistar seus direitos. Se há inclusão é porque houve exclusão, seja ela social educacional em todas as esferas abrangendo a totalidade do desenvolvimento do ser humano.

A convivência entre crianças com e sem deficiência é benéfica para ambas. Ganham os alunos com deficiência à medida em que convivem em um ambiente desafiador, provocador, rico em experiências que os incentivem a pensar. E ganham os alunos ditos normais por terem oportunidade de aprender com a diferenças do outro, vivenciarem novas formas de construir conhecimento e de se comunicar (libras, braille, recursos da tecnologia assistiva e da comunicação alternativa e aumentativa, entre outros) e, acima de tudo, por terem a oportunidade de vivenciar verdadeiros momentos de colaboração, ajuda mútua e solidariedade, tão necessários em nossos dias. E essa afirmativa é tão verdadeira que muitos são os pais de crianças ditas normais que lutam pelo direito de seus filhos terem colegas com deficiências.

Relatos de redes e escolas que estão vivendo a rica experiência de trabalhar com o objetivo de oferecer uma educação de qualidade para todas as crianças estão acontecendo em todo o país. E essas escolas e essas redes tem algumas coisas em comum, principalmente o desejo de sair do papel de mera repassadora de informações para o de produtora de conhecimento e emancipadora de seus alunos, tenham eles deficiências ou não.

Para garantir um ensino que corresponda efetivamente às aspirações e necessidades dos alunos da rede pública de educação. Como garante o Estatuto da

Criança e do Adolescente (ECA) Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, no seu Capítulo IV, Artigo 53:

“[...]Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer
Art. 53. A criança e ao adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - direito de ser respeitado por seus educadores;
III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais[...].

A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 criadas para garantir e promover a inclusão nas escolas, mas só a partir de 1998 iniciou-se efetivamente a inclusão em escolar. As escolas e professores devem estar preparados para que realmente aconteça a inclusão, isto requer adaptação do espaço educacional e capacitação dos profissionais que irão atuar nas mesmas, como no caso das salas de recursos multifuncionais (SRMF) é um ambiente preparado para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que consiste em uma ação do sistema educacional que dá mais suporte às necessidades dos alunos, e que também facilita seu acesso ao conhecimento, desenvolvendo assim suas aptidões e capacidades.

Para uma efetiva inclusão no contexto escolar, existe a necessidade de mudanças de práticas escolares, tomando como ponto de partida a premissa de assegurar o direito de todos no acesso à educação de qualidade, tendo em mente que ao estar no ambiente escolar o aluno se apropria deste conhecimento. Rosseto (2005, p. 42) nos diz que:

[...] a inclusão é um programa a ser instalado no estabelecimento de ensino a longo prazo. Não corresponde a simples transferência de alunos de uma escola especial para uma escola regular, de um professor especializado para um professor de ensino regular. O programa de inclusão vai impulsionar a escola para uma reorganização. A escola necessitará ser diversificada o suficiente para que possa maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais.

A inclusão no âmbito escolar é um processo que requer paciência para que seja exitoso, vivenciar a inclusão é acima de tudo respeitar a diferença, dando o devido valor ao outro, tendo uma mentalidade de crescimento intelectual, já que a

diversidade traz contribuições consideráveis para quaisquer outros grupos e um mundo que muitas vezes se mostra seletivo, assim dando valor a uma normalidade evasiva.

No Brasil, têm ocorrido tentativas de se estabelecer termos corretos, ao se tratar principalmente de assunto relativos à deficiência, no intuito de desencorajar práticas que são discriminatórias. A expressão ‘necessidades educacionais especiais’ tornou-se bastante conhecida, no meio acadêmico, no sistema escolar, nos discursos oficiais. Surgiu da intenção de suavizar ou neutralizar os efeitos negativos de terminologias adotadas anteriormente para distinguir os indivíduos, por apresentarem limitações físicas, motoras, sensoriais, cognitivas, linguísticas, síndromes variadas, altas habilidades, condutas desviantes, etc. tais como: deficientes, excepcionais, subnormais, infradotados, incapacitados, superdotados, entre outras.

Nesse contexto, a terminologia “necessidades educacionais especiais” pode ser atribuída a diferentes grupos de educandos, desde aqueles que apresentam deficiências permanentes até aqueles que, por razões diversas, fracassam em seu processo de aprendizagem escolar. Está associada, portanto às dificuldades de aprendizagem, não necessariamente vinculadas às deficiências. Na verdade, com o uso dessa expressão, buscou-se deslocar o foco do ‘especial’ do aluno direcionando-o para as respostas educacionais que eles requerem, ou seja, evita-se enfatizar os atributos ou condições pessoais que influenciam diretamente na aprendizagem e escolarização, ressaltando-se a importância do papel da escola no atendimento a cada aluno nas suas necessidades específicas. Assim, respeitar a diversidade e manter a ação pedagógica torna-se um desafio no desenvolvimento do trabalho com alunos que apresentam necessidades especiais.

A escola é o primeiro espaço e fundamental para a manifestação da diversidade, assim decorre a necessidade de repensar e defender a escolarização como princípio inclusivo, reconhecendo a possibilidade e o direito de todos que não são por ela alcançados. Desta forma, o movimento de inclusão traz como premissa básica, propiciar a Educação para todos, uma vez que, o direito do aluno com necessidades educacionais especiais e de todos os cidadãos à educação é um direito constitucional.

No entanto, sabemos que a realidade desse processo inclusivo ainda é bem diferente do que se propõe na legislação e requer ainda muitas discussões relativas ao tema. O que podemos perceber é que numa comparação entre a legislação e a realidade educacional, a inclusão dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais no ensino regular não se consolidou da forma desejada, a proposta de educação atual vigente ainda não oferece nem garante condições satisfatórias para ser considerada efetivamente inclusiva. Ainda, se faz necessária uma maior competência profissional, projetos educacionais mais elaborados, uma maior gama de possibilidades de recursos educacionais.

A transformação de todas as escolas em escola inclusiva é um grande desafio que teremos que enfrentar. A redefinição do papel das escolas especiais como responsáveis pelo oferecimento de atendimento educacional especializado e das escolas comuns como o local onde os alunos através dos conhecimentos possam questionar a realidade e coletivamente viver experiências que reforcem o sentimento de pertencimento é condição para que a inclusão aconteça.

Nesse contexto, o redimensionamento no enfoque da formação dos professores é imprescindível, e o objetivo não deve ser o de adquirir conhecimentos, mas, sim, de desenvolver a capacidade de adquirir conhecimentos. Tanto quanto os seus alunos, os professores também têm que sentir-se incluídos. Nos projetos de formação duas realidades precisam ser consideradas: a pessoa do professor e a equipe (professor/escola).

É preciso que os problemas de aprendizagem deem lugar ao estudo e reflexão dos problemas do ensino, assim como em vez de preocuparmos sobre como devemos ensinar, precisamos estudar como os nossos alunos aprendem. Atividades tão comuns como ditar e escrever, falar e ouvir devem ser totalmente eliminadas pelos professores que nos seus espaços de formação precisam refletir suas práticas e criar alternativas que reconheçam que educar é muito mais do que preparar os alunos para fazer exames, decorar a tabuada ou reproduzir formulas e conceitos que não entendem.

Um bom projeto de formação continuada para professores que querem incluir não só alunos com deficiência, mas todos os alunos devem: – proporcionar espaços destinados ao trabalho em equipe dos professores, com o objetivo de fomentar a reflexão sobre a importância do reconhecimento das diferenças como um fator que

qualifica o ambiente escolar; – oportunizar encontros periódicos entre os distintos membros da comunidade escolar para debater iniciativas de melhoria.

Outro aspecto que deve ser considerado é a importância do atendimento educacional especializado, que deve ser oferecido para os alunos com deficiências, ou com altas habilidades que dele necessitem.

O atendimento educacional especializado diferencia-se completamente do trabalho realizado na sala de aula comum. Deve ser oferecido nas salas de recursos, no horário oposto ao que o aluno frequenta a escola, individualmente ou em pequenos grupos, pelo professor com formação específica e abordar aquilo que é necessariamente diferente do ensino escolar com o objetivo de atender às necessidades específicas do aluno com deficiência ou com altas habilidades e deverá apoiar, complementar e suplementar os serviços educacionais comuns.

É através do atendimento educacional especializado que os professores do ensino comum e do ensino especial devem buscar soluções que venham beneficiar o aluno, respondendo às suas necessidades específicas, garantindo o acesso e permanência com sucesso na escola e assim combatendo a exclusão.

Para isso, o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve articular-se com o professor da sala comum, orientando-o sobre o uso de equipamentos e materiais de acessibilidade e coletando informações a respeito da aprendizagem do aluno.

O professor do AEE deve ainda realizar observações dentro da sala de aula comum da interação do aluno com deficiência com os demais alunos para detectar a necessidade e a avaliação dos recursos de acessibilidade. Necessita ainda avaliar a necessidade de ajudas individuais em grupos para a atenção à diversidade de todo o corpo discente.

Considerando que os fundamentos teórico-metodológicos da Educação Inclusiva, baseiam-se numa concepção de educação de qualidade para todos e no respeito à diversidade dos educandos, é imprescindível uma participação mais qualificada dos educadores para o avanço desta importante reforma educacional, para o atendimento das necessidades educativas de todos os alunos, com ou sem deficiências. Infelizmente, o despreparo dos professores figura entre os obstáculos mais citados para a educação inclusiva. É um grande desafio, fazer com que a Inclusão ocorra, sem perdermos de vista que além das oportunidades, é preciso

garantir o avanço na aprendizagem, bem como, no desenvolvimento integral do indivíduo com necessidades educacionais especiais.

4.1 IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA DO ESPORTE ADAPTADO

A educação física adentrou o contexto escolar durante o século XXI envolvida por uma discussão que teve início em meados dos anos 1980 e até o presente momento ocupa espaço nos debates científicos da área: o esporte competitivo no contexto escolar.

As discussões em torno desse tema incidem na estruturação do esporte como componente curricular, ou seja, o que poderia ser uma prática voltada à educação e formação do aluno, por favorecer o desenvolvimento de uma consciência corporal por meio da criatividade e da livre expressão, caracteriza-se por uma prática baseada na repetição irrefletida de movimentos técnicos e formais encontrados no esporte de rendimento.

Bracht, um dos autores que se destacam pelas reflexões acerca do esporte voltado à educação do movimento, defende a ideia de que o esporte, como atividade escolar, deve estar integrado ao projeto pedagógico da escola como forma de manifestação cultural que venha imbuída de um significado para os alunos, o qual será obtido se for dada a oportunidade de esse esporte ser reinventado, recriado, reconstruído e, acrescentaríamos, adaptado (in Bracht et al., 2002).

Considerando que há uma diversidade de sentidos da palavra esporte, vale esclarecer que, neste estudo, utilizaremos esporte escolar que será empregado quando nos referirmos ao esporte como prática pedagógica, um recurso didático capaz de promover a formação educacional do aluno.

No início dos anos 1980, com a publicação da Carta Internacional de Educação Física e Esportes, documento elaborado pela UNESCO (TUBINO, 1992b), o esporte passou por um redimensionamento em que, além do esporte de rendimento, restrito a uma minoria, deveriam ser estimulados o esporte participativo, para a pessoa comum, e o esporte educativo, para crianças e adolescentes.

Desse modo, esse novo conceito de esporte, a partir do pressuposto do direito de todas as práticas esportivas, passou a contar na sua renovada abrangência com as seguintes manifestações distintas e inter-atuantes: (a) manifestação esporte-performance, objetivando rendimento, numa estrutura formal e institucionalizada; (b) manifestação esporte-participação, visando o bem-estar para todas as pessoas, praticada voluntariamente e com conexões com os movimentos de educação permanente e com a saúde; (c) manifestação esporte-educação, com objetivos claros de formação, norteadas por princípios sócio-educativos, preparando seus praticantes para a cidadania e para o lazer (TUBINO, 1992b, p. 133).

Com a difusão do esporte de rendimento na sociedade moderna, houve um explícito processo de seleção indicando aqueles que estariam aptos a desenvolver tal prática, colocando os menos habilidosos em condição de inferioridade. Esse sistema de elitização fez com que diversos grupos sociais se mobilizassem, visando garantir o seu direito à prática do esporte, e surgiram, a partir daí novos desmembramentos conceituais e práticos, como o que será abordado neste estudo: esporte adaptado ou paradesporto.

Decorridos aproximadamente 20 anos após as primeiras ações voltadas a um esporte escolar menos competitivo e mais educativo, avanços podem ser identificados. Estes resultam de transformações que ocorreram não apenas no âmbito da educação física, mas também das mudanças sociais advindas da busca por uma sociedade menos excludente. Atualmente valores como cooperação, respeito à diversidade e inclusão estão ganhando destaque em práticas tanto esportivas como educacionais. Um avanço no que se refere à prática do esporte como algo disponível a todos pode ser identificado no esporte adaptado ou esporte para pessoas com deficiência.

Com relação ao esporte para pessoas com deficiência, há uma variação na terminologia utilizada para essa prática. Winnick (2004) prefere usar o termo esporte adaptado, pelo fato de haver uma conotação subentendida na palavra adaptado, associada com o espaço, com os materiais, com as variações no desenvolvimento da prática e até mesmo com o tipo de clientela. Mauerberg de Castro (2008) informa que na América do Norte o termo esporte adaptado é pouco utilizado, sendo mais comum a expressão esporte para pessoas deficientes. Referindo-se ao termo adaptado, a autora diz que “em esporte, adaptação significa modificação, ajuste ou acomodação de contextos físicos (equipamentos, locais, material) e de

procedimentos (regras, organização) de uma modalidade ou evento esportivo” (MAUERBERGDECASTRO, 2005, p. 437). No Brasil, há uma tendência entre os profissionais que atuam na área de empregar o termo esporte adaptado ou paradesporto.

Como forma de exemplificar os tipos de adaptação que ocorrem na prática do esporte, pode-se citar como exemplo o basquetebol, que foi adaptado para pessoas sem mobilidade ou com mobilidade reduzida nos membros inferiores, introduzindo-se o uso da cadeira de rodas, conhecido como basquetebol em cadeira de rodas. Destaca-se que as dimensões da quadra, bem como a altura do aro da cesta, o tempo de jogo, o peso da bola, entre outras regras que orientam o desenvolvimento do basquetebol convencional, não sofreram adaptações.

O voleibol é outra modalidade que foi adaptada às especificidades dos indivíduos que possuem deficiência física nos membros inferiores. Entre as adaptações está a diminuição no tamanho da quadra, e os praticantes devem jogar sentados.

O esporte adaptado, como atividade física, pode ser desenvolvido com fins de reabilitação, lazer ou recreação, educação e competição. Tendo em vista a abrangência das possibilidades de aplicação dessa prática e levando em consideração o tema neste estudo, nós nos deteremos a comentar o esporte adaptado ou paradesporto sob dois aspectos: como prática competitiva e prática voltada a educação inclusiva. Nos antecedentes históricos do esporte adaptado, que não estão muito distantes, vamos encontrar o esporte como um aliado importante em intervenções terapêuticas. O emprego dele na reabilitação de pacientes, principalmente com deficiências físicas, contribuiu com uma significativa divulgação acerca da relevância dessa prática para tais indivíduos.

Em 1960 os Jogos Internacionais de Stoke Mandeville foram integrados aos Jogos Olímpicos de Roma; ocorreu assim, algumas semanas após os XVI Jogos Olímpicos, a primeira edição dos Jogos Paralímpicos, que contou com a participação somente de atletas em cadeira de rodas (MAUERBERGDECASTRO, 2005). Desde então, vários centros de reabilitação de diversos países, entre eles o Brasil, passaram a oferecer o esporte adaptado como prática auxiliar em programas terapêuticos para seus pacientes, sendo necessária em tais intervenções a presença

de um grupo multidisciplinar de profissionais, entre os quais o profissional de educação física. Ressaltamos o fato de que vários pacientes, após vivenciarem tais experiências, ao término da reabilitação ingressavam na prática do esporte competitivo.

No contexto escolar o esporte adaptado destina-se ao atendimento dos objetivos educacionais voltados à inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física. As atividades são elaboradas seguindo uma metodologia que respeite e valorize as necessidades e características do aluno, em que experiências vividas por ele potencializem o seu repertório motor e em que as suas habilidades fiquem em evidência, e não as limitações causadas pela deficiência que possui. Isso não implica eliminar as práticas competitivas; o que se propõe é que os seus objetivos estejam comprometidos com a educação e com a melhora nos desempenhos motores. É indicado, portanto, que elas não sejam trabalhadas em exagero. Ao tratar sobre os cuidados que o professor deve ter ao elaborar suas atividades, Rodrigues (2006) afirma que há uma tendência do uso de competições em demasia nas aulas frequentadas por alunos com deficiência, resultado da importação dos modelos competitivos oriundos do desporto de rendimento, ocasionando a apresentação de sentimentos que podem não incentivar a participação e a não permanência dos estudantes na prática da atividade.

Nesse contexto chega-se a conclusão de que a escola, e em especial a disciplina educação física, no sentido das questões que envolvem a educação inclusiva precisa organizar e implementar um ensino de modo que o conhecimento a ser transmitido oportunize o aluno a descobrir suas potencialidades e não o contrário, ou seja, as enfatizar suas dificuldades.

Desse modo, pode-se compreender que a educação física inclusiva gera oportunidades no sentido de oferecer um ensino que vá além dos conteúdos curriculares tradicionais oferecidas até o momento, como os esportes por exemplo.

Sendo assim, diante as dificuldades que tal processo tem demonstrado em avançar a nível prático, enfatizamos que para tal há que haver intervenções no processo de formação inicial e continuada do professor, elaboração de um currículo escolar flexível, materiais pedagógicos adaptados, assim como a organização e preparação do ambiente.

4.2 ORIENTAÇÕES CURRICULARES GERAIS PARA A INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

De acordo com o Plano Nacional de Educação – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, capítulo V da Educação Especial, artigo 58, define Educação Especial como “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. (BRASIL, 1996).

Um Sistema Escolar Inclusivo é aquele cuja comunidade educativa tem o desafio de conseguir que a generalidade de seus alunos, seja qual forem suas diferenças, consiga ter sucesso na aprendizagem.

Os encaminhamentos adotados pela educação física a partir de meados dos anos 1980, referentes às dimensões profissionais e acadêmicas, indicavam a necessidade de ela acompanhar as transformações que vinham ocorrendo na sociedade brasileira como um todo, em sua estrutura e organização política, social, cultural e econômica. Era importante que a educação física como ciência, que tem no corpo do homem o seu objeto de investigação, oferecesse uma formação adequada aos futuros profissionais, preparando-os para as realidades que envolviam o mercado de trabalho.

Nesse sentido, tornava –se premente a reestruturação dos currículos dos cursos de educação física, como forma de abolir a visão tecnicista do movimento e também do esporte como rendimento, e expandi-la para uma abordagem que reconhecesse o corpo como meio de expressão e criação e o movimento como forma de manifestação.

Em 1994, na Espanha, foi assinada a Declaração de Salamanca, quando muitos países, entre eles o Brasil, decidiram levantar a bandeira da inclusão, uma vez que a desigualdade é característica marcante na realidade mundial. Dois anos depois, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996 - Lei Federal 9.394/96) foi sancionada, sendo que as discussões para sua elaboração se iniciaram no período da aprovação da Constituição Federal. A LDB/96 incorpora orientações tanto da Declaração Mundial de Educação para Todos quanto da Declaração de Salamanca e assegura, na letra da Lei, a todas as crianças, o direito ao acesso e à permanência na escola. (BRASIL, 1996).

Subentende-se que nesse “todas” estejam incluídos os educandos com necessidades educacionais especiais ou, mais especificamente, as pessoas com deficiências ou altas habilidades.

A educação especial é uma modalidade de educação que perpassa todos os níveis de escolaridade e outras modalidades. Nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, no âmbito da Educação Básica, tal modalidade está assim definida:

Educação Especial: Modalidade da educação escolar; processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos ou serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001a, p. 39).

No contexto geral a questão da educação inclusiva vem passando por momentos importantes e de conquista no que diz respeito a conquista de direitos desse grupo que é minoritário. A partir da Declaração de Salamanca, a maioria dos países começou a implantar políticas de inclusão dos alunos com deficiências no ensino regular e sua conseqüente criação de serviços de apoio, por considerarem-na a forma mais democrática para a efetiva ampliação de oportunidades educacionais e serviços educacionais para essa população.

Nesse sentido, pode-se destacar o avanço concernente a políticas públicas que visam garantir direitos para a educação inclusiva, mas que infelizmente o que está escrito e assegurado em documentos ainda se distancia de fato da realidade vivida pelas pessoas que compõem esse grupo. Porém, não deixa de ser uma conquista, já que esses documentos servem como base e premissa para luta e reivindicação dos direitos proclamados.

4.2.1 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ATUAL CONTEXTO

A formação inicial dos profissionais da educação básica deve ser responsabilidade principalmente das instituições de ensino superior, nos termos do art. 62 da LDB, onde a finalidade de pesquisa, ensino e extensão e a relação entre teoria e prática podem garantir o grau de qualidade social, política e pedagógica que se considera necessário (BRASIL, 2001b, p.143).

O professor que tem esse aluno em sua sala não pode se deter em planejamentos padrões. Pelo contrário, as necessidades específicas do aluno especial também criam a necessidade de novas e diferentes formas de apresentar o conteúdo escolar; ação que proporciona maior compreensão por parte desse aluno e dos demais.

O professor tem, em sua realidade de sala de aula, alunos com necessidades específicas, sobre as quais pode não ter tido oportunidade de estudar ou de pesquisar. No artigo 59 da LDB/1996, a preparação de professores para atuarem com essas especificidades está, assim, preconizada:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:[...] III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos em classes comuns (BRASIL, 1997, p.27).

Um dos principais aspectos a serem vistos pelos sistemas de ensino diz respeito à formação dos professores, especialmente aqueles das classes comuns, que além de necessitarem de capacitação e apoio precisa preparar-se para recepcionar o aluno com deficiência, que para muitos dos professores, até então, era totalmente desconhecido. Assim, faz-se necessário que o professor esteja preparado para receber o “novo aluno”, para que a inclusão não seja somente física, mas que haja uma aprendizagem significativa para todos os alunos. Para que se dê essa significativa aprendizagem é necessário saber o que o professor pensa, suas expectativas, suas ansiedades em relação ao diferente. É preciso saber, também, o que esse professor necessita e o que ele almeja (FREITAS; CASTRO, 2007)

Quando se menciona acerca da educação física inclusiva, as pesquisas realizadas com professores que atuam no ensino regular demonstram que há

necessidade de melhorar a qualidade das informações transmitidas tanto na formação inicial quanto na continuada.

Entendendo a proposta da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em 20 de dezembro de 1996, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais, percebe-se uma preocupação em modificar o caráter que a Educação Física assumiu nos últimos anos ao explicar em seu texto, no artigo 26, parágrafo 3º que "a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar".

Esta mesma concepção contempla em seus conteúdos questões como pluralidade cultural (expressões de produções culturais, como conhecimentos historicamente acumulados, produzidos e transmitidos), cidadania, afetividade e estilo pessoal bem como atividades culturais de movimento (conhecimento sobre o corpo, esportes, atividades rítmicas e expressivas) com finalidade de lazer, expressão de sentimentos e manutenção da saúde. Assim, essa proposta entende a Educação Física como Cultura Corporal.

Em torno da temática da deficiência na formação de professores, perdem os educandos, os educadores e toda a sociedade, pois a profissão docente precisa dar respostas adequadas e fazer as necessárias intervenções que envolvem situações diversas e singulares do desenvolvimento humano. Assim, podemos justificar a formação em nível superior como uma das medidas essenciais a serem tomadas para que ocorram mudanças educacionais efetivas. Contudo, deve-se levar em consideração a heterogeneidade socioeconômica do Brasil, em que acabar com o modelo atual de formação de professores sem planejamento adequado poderia provocar consequências "catastróficas" para o sistema educacional.

Por outro lado, investimento na formação docente em nível superior por si só não resolverá a complexidade dos problemas educacionais brasileiros historicamente reproduzidos, como, por exemplo, o analfabetismo. É preciso compreender que mudanças na educação para atender ao paradigma vigente de inclusão educacional dependem de diversos fatores, como, por exemplo, o contexto social, econômico e cultural em que se insere a escola, as concepções e representações sociais relativas à deficiência e, por fim, os recursos materiais e os financiamentos disponíveis à escola (MENDES, 2002). Ou seja, a formação deve

atender às necessidades e aos desafios da atualidade. Para tanto, sugerimos que o professor seja formado de maneira, a saber, mobilizar seus conhecimentos, articulando-os com suas competências mediante ação e reflexão teórico-prática.

Neste aspecto merece destaque a *Proposta de Diretrizes para a Formação de Professores da Educação Básica em Cursos de Nível Superior* (MEC, 2000). No item referente à formação de professores, assinalam-se as competências que devem ser dominadas como parte de um processo permanente de desenvolvimento profissional.

Destacam-se aquelas referentes à compreensão do papel social da escola, ao domínio dos conteúdos, à interdisciplinaridade, ao conhecimento dos processos de investigação, ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional e ao comprometimento com os valores estéticos, políticos e éticos inspiradores da sociedade democrática.

O documento acima referido aponta para uma revisão urgente do processo de formação inicial de professores, de modo a superar problemas em nível institucional e no campo curricular. No que se refere ao âmbito institucional, o documento assinala, entre outros, dois problemas centrais: a) a segmentação da formação dos professores, da qual a descontinuidade na formação dos alunos da educação básica é uma expressão; b) o distanciamento entre os cursos de formação e o exercício da profissão de professores no ensino fundamental e médio. Ambos os aspectos reforçam o fato de que a formação vem se dando sem uma maior articulação entre teoria e prática (MEC, 2000, p. 21-24).

Já no campo curricular, os principais problemas identificados na formação inicial de professores são: a) a desconsideração do repertório de conhecimentos dos professores no planejamento e desenvolvimento de ações pedagógicas; b) o uso desarticulado e o tratamento inadequado dos conteúdos das várias áreas do conhecimento na prática pedagógica; c) a falta de oportunidades para o seu desenvolvimento cultural; d) o tratamento restritivo da sua atuação profissional, ligado tão-somente à preparação para a regência de classe, deixando de lado outras dimensões fundamentais, como a sua participação na formulação do projeto político-pedagógico da escola, o seu relacionamento com alunos e com a comunidade; e) a ausência de estímulo para se desenvolver uma postura investigativa, capaz de relacionar teoria e prática; f) a ausência de conteúdos relativos às novas tecnologias

da informação e comunicação; g) a desconsideração das especificidades próprias dos níveis e/ou modalidades de ensino em que são atendidos os alunos da educação básica; h) a desconsideração das especificidades das áreas do conhecimento que compõem o quadro curricular na educação básica (MEC, 2000, p. 24-34).

Sendo assim, como afirmam Glat & Pletsch (2004) é dever da universidade atuar na formação e capacitação tanto de professores como dos demais agentes educacionais, assim como deve atuar também “na produção de conhecimento por meio de pesquisas e projetos que validem e disseminem ações educativas bem sucedidas que atendam a esta nova proposta” (p. 04), a da educação inclusiva.

Segundo Lima & Duarte (2006, p. 96), “a elaboração dos programas de intervenção ou as adaptações necessárias a serem efetuadas de materiais, curriculares e metodológicas devem obedecer rigorosamente às individualidades”. Pois, assim, afirmam esses mesmos autores, “estaremos considerando sempre a diversidade” (p. 96).

Pedrinelli (2002) sugere algumas atitudes que devem ser tomadas pelo professor ao realizar a prática inclusiva nas aulas de educação física:

- Agir de maneira natural com os alunos, respondendo naturalmente às perguntas dos mesmos;
- Dar a mesma atenção para todos, sem dar maior prestígio a alguns deles, desafiando cada um a realizar as atividades da melhor forma que puderem, considerando as suas potencialidades;
- Permitir a adaptação das regras, podendo as mesmas serem combinadas e construídas com os alunos, oferecendo a eles a oportunidade de pensar e agir por seus próprios meios, focalizando sua autonomia;
- Promover desafios adaptando-os aos alunos, de forma que possa incentiva-los e ajuda-los a superar dificuldades, desenvolvendo, assim, sua autoestima;
- Organizar e aplicar os jogos cooperativos, para que os alunos compreendam como viver em sociedade.

Pesquisas indicam que o profissional despreparado e a desinformação são apontadas, pela grande maioria dos profissionais da educação, como a causa do

não atendimento educacional dos alunos com necessidades especiais que frequentam classes regulares.

Diante do fato de o professor não conseguir lidar com a diversidade e a singularidade comum no cotidiano escolar, ele insiste em intervenções práticas que recaem na reprodução do modelo apreendido durante a formação inicial.

Discutir e trabalhar inclusão nas aulas de educação física significa redimensionar os métodos e as estratégias utilizadas no processo de ensino e aprendizagem, implica o professor superar a formação pautada na racionalidade técnica, recebida na formação inicial e continuada, bem como superar as experiências segregacionistas e discriminadoras presentes no meio social em que ele viveu ou vive.

A partir do século 21, a produção de conhecimento ocorre em um ritmo muito acelerado. O acesso à informação e ao conhecimento acontece também com muita rapidez. Com isso, há necessidade de estudo constante e atualização por parte dos profissionais. Some-se a isso o fato de a educação inclusiva ser uma prática em construção. O saber está sendo construído à medida que as experiências se acumulam, aprimoram as práticas anteriores e concretizam a inclusão.

A formação continuada possibilita ao professor a atualização e a transformação de sua prática profissional. O acesso ao conhecimento e o exercício da reflexão permitem a ressignificação dos princípios e a possibilidade de mudar os paradigmas já construídos.

Quando as escolas disponibilizam espaços de integração dos professores - para que possam manifestar suas necessidades -, elas cumprem sua função na Educação inclusiva. A equipe gestora, que respeita as necessidades dos docentes, poderá organizar reuniões com temas para estudo e pesquisa para a formação continuada dos educadores. A equipe estará disposta a compartilhar questões trazidas pelos professores, como relatos das condições de aprendizagens dos alunos, situações da sala de aula e discussão de estratégias para enfrentar os desafios.

É preciso refletir sobre a qualidade da formação e as opções de atualização profissional. A educação para a diversidade pressupõe a preparação do professor e do sistema educacional com a: a valorização profissional do educador, por meio de

apoio e estímulo; o aperfeiçoamento das escolas, para a oferta do ensino; o apoio e parceria da Educação especial e a promoção do trabalho em equipe.

5. A HISTÓRIA DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA AUGUSTA E SUAS APLICAÇÕES

A fim de conhecer o contexto e história da Escola Municipal Professora Maria Augusta, é que se apresenta o presente capítulo.

Com a necessidade de tornar legal a criação das escolas municipais, o poder público do município de Redenção, regulamenta através do projeto de lei nº 1200/2006, a Escola Municipal Professora Maria Augusta Russo dos Santos, com sede na rua Santos Dumont, s/n, Parque da Liberdade. A referida escola, que é mantida pela Prefeitura Municipal de Redenção e com recursos federais do Ministério da Educação, através do PDE Interativo, torna-se referência para o município, porque oferta as séries iniciais, do 6º ao 9º ano e sedia espaço físico para cursos superiores e profissionalizantes.

Possui estrutura física com acessibilidade a atendimento à educação especializada – AEE. A partir da entrada principal, encontra-se a sala de informática, sala da direção, coordenação e, através de suas galerias, tem-se acesso as outras dependências: secretaria da escola, sala dos professores, sala de acompanhamento pedagógico, sala de orientação educacional, sala de mediação escolar e salas de Atendimento Educacional Especializado – AEE, sendo estas, todas climatizadas.

Conta ainda com nove salas de aula padrão, sala multifuncional, pátio coberto, cozinha com depósito para merenda escolar, banco do livro, banheiros com sanitários comuns e acessíveis, auditório e almoxarifado.

A escola tem como marco referencial de sua história, o ano de 2005, quando as turmas das séries iniciais da Escola Dr. Edmilson Barros de Oliveira, passa a funcionar na Escola Estadual Adolfo Ferreira de Sousa, que na ocasião foi cedida pelo Governo do Estado por tempo indeterminado. Na época, a comunidade escolar e local já almejavam a construção de uma escola que pudesse atender os anseios da comunidade escolar e da população. No ano de 2006, o sonho da comunidade se realiza com a inauguração do prédio construído como anexo à Escola Edimilson Barros.

Conforme decisões políticas do período, no dia 01 de novembro de 2011, a Secretária da Educação do município, Professora Ana Paula Fonseca Braga, em

reunião com a diretora Maria Janielly Teixeira e funcionários da escola, anuncia desmembramento da referida escola e consolidação de sua sede.

Com o desmembramento, a Escola Maria Augusta torna-se unidade executora com registro de INEP e CNPJ. Hoje a escola possui 354 alunos matriculados nas séries iniciais, 6º ao 9º e Educação de jovens e adultos – EJA IV, distribuídos em 13 turmas nos turnos manhã e tarde. Realiza Atendimento Educacional Especializada-AEE com 59 alunos das escolas do município em contra turno com projeto inclusão. Para realização das atividades a escola conta com 36 funcionários, distribuídos em gestão administrativa, pedagógica e serviços auxiliares.

Para realização das atividades, a escola desenvolve metodologia de projetos, que visa o desempenho na aprendizagem dos alunos. Conta ainda, com as ações intersetoriais das Secretarias de Educação, Esporte, Saúde e Assistência Social, e, parceria com a UNILAB, Programa Brasileiro de Iniciação à Docência – PBID. Desenvolve projeto mediação escolar também em parceria com a Universidade, vivenciando valores e fortalecimento de uma cultura de paz.

O corpo Administrativo da escola é composto do Núcleo Gestor com Direção Geral do Prof. José Edivardo da Costa Alves e Coordenação Pedagógica da Prof.^a Mirteny Cavalcante Pinheiro Lima e da Secretária Escolar, Prof.^a. Lúcia de Fátima Costa e Silva Lima.

Para melhoria do sistema de ensino e consolidação do plano de trabalho, a escola desenvolve ações voltadas para alcance das metas educacionais visando os indicadores do SPAECE e IDEB, com acompanhamento feito através de avaliações diagnósticas internas e externas.

A escola vem realizando trabalho colaborativo, procurando valorizar a participação e empenho de todos. Vivencia e tem como valores fundamentais compromisso, respeito, ética, diálogo e organização. Portanto, todos que fazem a escola Maria Augusta Russo dos Santos, procuram oferecer o melhor de seus serviços nas atividades realizadas, porque estão cientes que a educação é direitos de todos. Para isso, é missão da escola formar pessoas críticas, criativas, participativas e inovadoras, consciente de seus direitos e deveres. Cidadãos trabalhadores, que convivam democraticamente respeitando-se mutuamente.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Visando compreender acerca dos aspectos formativos que rodeiam o profissional de Educação Física é que se realizou uma breve entrevista com o docente da Escola Maria Augusta Russo.

O professor da referida escola possui formação em Educação Física e atua na escola há cerca de três anos.

Nesse contexto, pode-se refletir que a formação de professores, em seu estágio inicial, se dá no ensino superior através dos cursos de licenciatura, porém, a formação do educador não se restringe apenas à Universidade, se constrói ao longo de toda a vida. Assim, as lacunas de formação apontadas pelo docente em relação à licenciatura deveriam se constituir como pauta de encontros de estudo dentro dos espaços de planejamento promovido pela escola.

Quando questionado com relação ao desenvolvimento de atividades esportivas que visam a inclusão, o docente afirma:

De certa maneira sim, sempre que possível procuro inserir atividades que incluam esse público, mas no presente momento não existem atividades exclusivamente voltadas somente para esse público (com deficiência), já que em cada turma possui apenas um ou mesmo não tem alunos especiais, quando existe um único aluno é passado atividade para ele individualmente, ou até mesmo inclui, quando o aluno quer participar (Depoimento do professor).

Visando conhecer acerca da opinião do docente, perguntamos qual a importância de se incluir os alunos através da Educação Física, obtemos a seguinte fala:

Apesar da não valorização dessa modalidade e da Educação Física, ela (Educação Física) é muito importante para formação do aluno como pessoa, tanto na parte física e formação do ser

humano, conhecimento, conhecimentos do corpo e limites (Depoimento do professor).

De fato, a Educação Física nas séries iniciais é mais do que favorecer o desenvolvimento de habilidades anatômicas, é aquisição de conhecimento em áreas diversas, é desenvolver a interação e a participação individual e coletiva seja em atividades práticas recreativas como forma de aquilatar a qualidade de vida dos envolvidos, visto que a Educação Física é uma disciplina integradora e provocadora que serve de mediadora entre o social, a cultura corporal e o exercício da cidadania (GONÇALVES, 2009)

Questionado se a Educação Física pode ser um bom instrumento de interação entre os alunos, o docente respondeu:

Sim, porém precisa-se quebrar alguns paradigmas, e isso tem que vir da gestão escolar, a questão de orientar que a Educação Física é tão importante como qualquer outra matéria, precisa ser um trabalho que vem desde a Secretaria de Educação, até a Coordenação e Professores para que o docente da Educação Física tenha respaldo em atividades exercidas dentro da escola (Depoimento do professor).

A ausência de orientações e acompanhamento pelas gestões escolares à modalidade da Educação Especial é um dado que precisa ser considerado em conjunto com outras questões de natureza administrativa.

Podemos verificar na fala do docente que a escola deixa a desejar nesse fator.

Ao ser interrogado sobre sua opinião, acerca de que maneira o voleibol sentado pode auxiliar na interação e inclusão dos alunos em geral, o professor respondeu:

Passa a ser uma atividade que vai incluir os alunos que não tem condições de fazer atividade normal, e para os alunos que

não são especiais é uma prática nova, é desafiador, é interessante (Depoimento do professor).

No contexto da Educação Física e relacionando com a Educação Física, o docente foi questionado acerca da importância do esporte adaptado na escola, na qual obtivemos a seguinte resposta:

Incluir e ao mesmo tempo mostrar aos alunos “normais”, para que possam saber a dificuldade que tem os alunos que não podem jogar em pé, ou se locomover, para que entendam as dificuldades que esses alunos têm (Depoimento do professor).

Já no contexto da Escola Maria Augusta Russo, o professor foi questionado se desenvolve alguma ação na Educação Física com alunos do AEE, já que sabemos, pelo histórico da escola, ela funciona como um núcleo que possui salas multifuncionais e faz o Atendimento Educacional Especializado. A resposta obtida foi a seguinte:

Aqui e acolá tem um aluno, então a gente inclui quando ele quer, ou desenvolve uma atividade específica para ele, como xadrez.

Existe um departamento dentro da escola que trabalha os especiais com atividades voltadas para esse público, com professores qualificados (Depoimento do professor).

A fala do professor anuncia a perspectiva que afirma a visão reducionista do direito à educação pelos alunos especiais, compreendida apenas na visão cartorial de registro de matrícula, seguida muitas vezes por posterior abandono de alunos e professores que seguem sem o direito de desfrutar dos espaços e materiais existentes na escola, assim como do acompanhamento próximo da gestão escolar.

Como é possível visualizar, a Educação física no contexto da Educação Especial, historicamente vem enfrentando desafios para se constituir como um direito no contexto brasileiro.

Reconhecer ao pleno direito do exercício do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física, exige compreender o seu campo de lutas e conquistas históricas marcadas pelo direito a educação com vista à promoção e à dignidade humana. É nesse contexto, portanto, que educar não se reduz a escolarizar, uma vez que é por meio da educação que se espera garantir a formação de cidadãos críticos e participativos na tomada de decisão da sociedade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletindo através do contexto levantado pelo presente trabalho é visível o avanço em discussão do voleibol sentado, bem como os benefícios de sua prática por pessoas que apresentam deficiências, esses que podem melhorar a força dos membros superiores e tronco, bem como coordenação motora, sendo importante relatar acerca dos benefícios de autoestima ou psicológicos. Porém, ainda se percebe que a presença de literatura que dê um maior suporte nesses estudos, ainda é bastante precário, sendo necessárias então, extensas pesquisas para ajudar no desenvolvimento, sustentação, atualização e propagação do estudo do voleibol sentado no país. Nesse sentido, é interessante estimular o interesse de diversos setores da sociedade que tem a possibilidade de contribuir com o esporte adaptado, setores estes que incluem tanto o apoio público quanto privado à prática esportiva por pessoas com deficiência ao inserirem e darem condições de sua prática em diferentes instituições.

Torna-se relevante mais estudos sobre o voleibol sentado para que proporcionem fundamentação adequada para a massificação dessa prática e a elevação na qualidade e eficiência, no âmbito do treinamento, dos praticantes ou atletas já existentes.

Com relação aos objetivos traçados para o estudo do presente trabalho, que visava abordar acerca de políticas que visam a Educação Inclusiva, portanto no contexto escolar, na qual foi possível visualizar um caminho contraditório ao que a lei assegura, pois em termos reais nem toda a população possui o acesso à Educação Inclusiva como é elucidado nos documentos legais, uma parcela bem

significativa ainda permanece fora da proposta de educação inclusiva e sem alguma expectativa para serem contemplados com a proposta.

De acordo com o PPP, a escola concentra seu trabalho na missão de juntamente com a família e a sociedade, formar o cidadão em sua plenitude, consciente e crítico construtor de conhecimento e de sua cidadania, através de uma educação transformadora e de uma escola viva que fomente uma educação alegre, prazerosa e interessante.

A escola é referência na cidade com relação a atendimento à educação especializada – AEE, já que é um dos poucos centros especializados que existem nesse contexto, desse modo a escola conta com acessibilidade, acompanhamento pedagógico e salas multifuncionais, sendo estas, todas climatizadas, porém com relação a inclusão no contexto da educação física, percebe-se que a escola possui pouca capacidade para essas demandas e, portanto, não consegue apoiar ou estabelecer sua função de modo eficaz de fato.

Com os desafios encontrados na Escola Maria Augusta, é visível a percepção de que o voleibol sentado é essencial para um melhor desenvolvimento do aluno, prevenindo a exclusão e até mesmo a indisciplina dos alunos, já que na idade de 15 a 17 anos, é a idade em que o aluno tem comportamentos diversos, e a rebeldia decorrente dos desenvolvimentos hormonais ou mesmo com relação as famílias, que não dão apoio emocional aos filhos. Mediante a realidade vivida no município de Redenção, o único trabalho que pode ser desenvolvido de prevenção nesse sentido, é na escola, já que não existem trabalhos na prefeitura específico para deficiente físico ou mesmo crianças em estados de vulnerabilidade social. Desse modo, a escola, mediante todas as suas responsabilidades, acaba abarcando mais um papel fundamental na formação da educação desses alunos, no que diz respeito a formação social e apoio a esses alunos que apresentam esse estado vulnerável.

Concluimos então a pesquisa compreendendo acerca das orientações políticas e pedagógicas relacionadas a Educação Inclusiva no contexto da Educação Física, bem como experiências metodológicas, além das especificidades do currículo nesse âmbito.

Dentro desse contexto, é importante ressaltar que o presente trabalho se configura como mais uma contribuição no sentido da reflexão do ensino e das

práticas que visam integrar o indivíduo deficiente na disciplina de Educação Física, que é uma questão pouco explorada ainda, no âmbito das licenciaturas.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABVP. Associação Brasileira de Voleibol Paraolímpico. Disponível em: <<http://voleiparaolimpico.org.br>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

Artigo disponível na Edufu- 2008. Disponível em: <http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/e-book_inclusao_escolar_2008_0.pdf>. Acesso em 08 de Agost. 2018.

Artigo publicado no Scielo- 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v20n2/10.pdf>>. Acesso em 07 de Setemb. 2018.

Artigo publicado no Scielo- 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v20n2/10.pdf>>. Acesso em 12 de Out. 2018

Associação Brasileira de psicologia escolar e educacional - Maringá. Disponível em: < <http://www.abrapee.psc.br/artigo20.htm> >. Acesso em 19 de Setemb. 2018.

BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. Caderno Cedes, ano XIX, n. 48, p. 68-88, ago. 1999.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Corde, 1990.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação Básica. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CN/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: MECSEESP, 2001a.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretária Nacional dos Direitos Humanos. Declaração de Salamanca, e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. 2. ed., Brasília: CORDE, 1997.

BRASIL. Plano Nacional de Educação – Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Plano, 2001b. (apresentado por Ivan Valente. Rio de Janeiro: DP&A, 2001).

BRITAIN, I. The Paralympic Games explained. New York: Routledge, 2010.
CARVALHO, C. L.; **VOLEIBOL SENTADO: do conhecimento à iniciação da prática.** Universidade Estadual de Campinas Faculdade de Educação Física. Campinas, 2010

CASTRO, S. **VOLEIBOL SENTADO - Criação e diferenças entre o Voleibol convencional.** Universidade Estácio de Sá Educação Física. 2010. Disponível em: <<http://educaofisicaadaptadaeeducacaoespecial.blogspot.com/2010/03/voleibol-sentado.html?m=1>>. Acesso em: 10 de Nov. 2018.

FREITAS, M. **Desenvolvimento da linguagem: diferentes perspectivas de um tema vygotskiano.** In: FREITAS, M.T. (Org.). Vigotsky um século depois. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 1998.

GLAT, R. PLETSCHE, M. D. O papel da Universidade frente às políticas públicas para educação inclusiva. Benjamin Constant; Educação Inclusiva; n. 29, p. 3-8, Rio de Janeiro; ano 10; dezembro, 2004.

GONÇALVES, Maria Cristina. **Coleção repensando a Educação Física: da Educação Infantil ao Ensino Fundamental.** Módulo 2 – Equipe BNL; Curitiba: Bolsa Nacional do Livro, 2009
I.Social - Solução em inclusão social- São Paulo. Disponível em: <<http://isocial.com.br/dados-da-deficiencia.php>>. Acesso em: 25 de Agos. 2018.

IGNÁCIO, T; **Os desafios da inclusão no ambiente escolar.** Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – Unb/Uab. Brasília- 2015.

INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: contribuições ao professor do Ensino Regular Elizabeth Maria Alberton Frias (Profª PDE)¹ Maria Christine Berdusco Menezes (Orientadora/FAFIPA)². 2008/2009.

LIMA, Sonia Maria Toyoshima; DUARTE, Édison. A Extensão Universitária em Educação Física Adaptada como Elemento estimulador do Processo de Inclusão. In: RODRIGUES, David. Atividade Motora Adaptada: a alegria do corpo. 2006.

Manole, 2004.

PEDRA, A. ;PENHA, L. A. ; SÁ, M. R. ; **O voleibol adaptado e o benefício para a qualidade de vida dos idosos.** Faculdade de Educação Física de Barra Bonita. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 18, Nº 188, Enero de 2014. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/>>. Acesso em 8 de nov. 2018.

PEDRINELLI, Verena Junghähnel. Possibilidades na Diferença: o processo de “Inclusão” de todos nós. Revista Integração. Ano 14, Edição Especial – Educação Física Adaptada, 2002.

Portal do governo federal sobre os jogos Paraolímpicos- Rio de Janeiro 2016. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/paraolimpiadas/modalidades/volei-sentado>>. Acesso em: 24 de Agos. 2018.

Presidência da República Casa Civil- 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 24 de Agost. 2018.

Presidência da República e Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 07 de Set. 2018.

Publicado no Grupo de apoio a pais e familiares autistas. Disponível em:<<http://www.teapoio.com/inclusao-escolar-lei-brasileira-de-inclusao>>. Acesso em 09 de Setemb. 2018

ROSA, R. B; **Educação Física Adaptada e Inclusão no meio Escolar.** Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao-fisica/educacao-fisica-adaptada-e-inclusao-no-meio-/56404>> Acesso em 02 de Outub. 2017.

ROSSETO, M. C. **Falar de inclusão... falar de que sujeitos?** In: Lebedeff, T. B. Pereira. Educação especial – olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. P. 41-55.

SARTORETTO, Mara Lúcia. Inclusão escolar, um direito de todos alunos, com e sem deficiência. Disponível em <<http://www.fmss.org.br/artigo-inclusao-escolar-um-direito-de-todos-alunos-com-e-sem-deficiencia/>>. Acesso em 9 Fevereiro de 2019.

UIPI- 2015. Disponível em:<<http://uiipi.com.br/noticias/esporte/2015/08/15/brasil-conquista-resultado-historico-no-volei-sentado-ouro-e-prata/>>. Acesso em: 09 de Setemb. 2018.

WINNICK. J. P. **Educação Física e Esportes Adaptados**. 3 ed. Barueri SP: